

Metodologias sensíveis e colaborativas: desocultando resistências e lutas dos territórios vulnerabilizados no Cerrado

Sensitive and collaborative methodologies: Uncovering the resistance and struggles of vulnerable territories in the Cerrado biome

Lorena Covem Rosa Franco Netto¹, Mariely Helena Barbosa Daniel¹, Tatiane Lemes Moreira Ribeiro², Isabella Covem Martins², Murilo Mendonça Oliveira de Souza³

DOI: 10.1590/2358-28982026E210836P

RESUMO Objetivou-se analisar os limites e as possibilidades do uso de metodologias sensíveis e colaborativas a partir da experiência da Oficina de Trabalho Metodologias Sensíveis e Colaborativas de Pesquisa e Ação para Aprimoramento da Compreensão do Ecogenocídio no Cerrado, realizada em 2025 com representantes de povos originários e comunidades tradicionais do Cerrado, discutindo como essas práticas contribuem para a produção compartilhada do conhecimento, do fortalecimento territorial e da compreensão crítica do ecocídio no bioma. Participaram 29 pessoas, incluindo grupos de pesquisa da Fiocruz, representantes de povos originários, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores, movimentos sociais e integrantes de organizações da sociedade civil. O convite aos participantes foi realizado por meio de articulação com redes socioterritoriais já existentes e com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Dentre os resultados obtidos, destacam-se o compromisso de continuidade das ações e o fortalecimento da articulação entre academia, comunidades e políticas públicas. Além disso, ressaltam-se como resultados: proposta de ampliação da participação de outros territórios e aprofundamento da troca de experiências para fortalecer as lutas em defesa do Cerrado; necessidade de realizar formações nos territórios; elaboração de protocolos de pesquisa; fortalecimento da comunicação popular; ações de valorização da memória dos povos originários e tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE Metodologias. Saúde. Cerrado. Povos indígenas. Comunidades.

ABSTRACT *This study analyzes the limits and possibilities of sensitive and collaborative methodologies, based on the experience of the Workshop on Sensitive and Collaborative Research and Action Methodologies for Deepening Understanding of Ecocide in the Cerrado, held in 2025 with representatives of Indigenous peoples and traditional communities of the Cerrado. Twenty-nine people participated, including Fiocruz research groups, representatives of Indigenous peoples, quilombola communities, coconut breakers, fishermen, social movements, and members of civil society organizations. Participants were invited through articulation with existing socio-territorial networks and the National Campaign in Defense of the Cerrado. The main outcomes included a shared commitment to continuing the actions and strengthening articulation between academia, communities, and public policies. Additional key results included proposals to expand participation from other territories and deepen the exchange of experiences to strengthen struggles in defense of the Cerrado; the need to carry out training activities within the territories; the development of research protocols; the strengthening of popular communication; and initiatives to value and preserve the memory of Indigenous and traditional peoples.*

KEYWORDS *Methodologies. Health. Cerrado. Indigenous peoples. Communities.*

¹Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção (VPAAPS) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. lorena.covem@fiocruz.br

²Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção (VPAAPS) – Goiânia (GO), Brasil.

³Universidade Estadual de Goiás (UEG), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) – Goiás (GO), Brasil.

Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) tem se desafiado a integrar colaborações científico-tecnológicas e produtivas que tragam resultados diferenciados, apoiando parcerias em direção ao desenvolvimento de soluções inovadoras em saúde. Para isso, compreende a necessidade de ir além das ‘zonas de conforto’ alcançadas com a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional, assumindo a necessidade de sua atuação nos territórios historicamente vulnerabilizados, habitados por povos indígenas, comunidades do campo, das florestas e das águas, assim como as periferias urbanas.

A Fiocruz, além de atuar no fortalecimento das políticas públicas – tanto do SUS quanto daquelas políticas relacionadas com a determinação socioambiental da saúde, – tem desenvolvido estratégias e abordagens visando tornar as metodologias e ações mais sensíveis, colaborativas e capilarizadas, alinhadas ao ‘modo de andar a vida’ desses povos e comunidades. Essa atuação ocorre de acordo com sua política de inovação, de orientar as ações institucionais para promover a geração de conhecimento, de produtos e de serviços, e a ampliação do acesso à saúde para a sociedade. Dentre essas estratégias, destacam-se os ‘Territórios Sustentáveis e Saudáveis’ (TSS), a ‘Governança e Gestão Territorial Participativa’, as ‘Metodologias Sensíveis e Colaborativas’ e a ‘Vigilância Popular em Saúde’ (VPS).

O TSS é uma estratégia aspiracional calcada na relação entre sustentabilidade, promoção da saúde e território, o que possibilita a análise e atuação para interação e cooperação solidária entre o corpo do indivíduo, a sociedade, os seres vivos e o planeta, estabelecendo fundamentos para práticas emancipatórias e produtoras de autonomia e de saúde¹.

A Governança e Gestão Territorial Participativa compreende o território como espaço conflitante e em permanente disputa pela produção e reprodução de modos de vida, pela centralidade do protagonismo das

comunidades para essa disputa, na qual tem cada vez mais importância a construção de redes de solidariedade interescolares, o que é considerado vital para construir modos de governança e gestão horizontalizados, estratégicos e participativos em parceria com os movimentos sociais. Tal processo demanda abordagens de governança e gestão capazes de materializar diretrizes contra-hegemônicas, qualificando e democratizando processos de planejamento, gestão, avaliação e gerência, e criando sistemas de responsabilização e autonomia que ampliem a capacidade de gestão e governabilidade desses sistemas^{2,3}.

As Metodologias Sensíveis e Colaborativas envolvem o agenciamento em processos instituintes dos sujeitos que vivem, trabalham e se mobilizam nos territórios, em particular no reconhecer, validar e apoiar a produção de conhecimentos voltados à transformação social, à luta por direitos, à busca por dignidade e pelo bem viver. A partir da construção de TSS no contexto de uma agenda marcada por crises socioambientais, propõe-se um resgate da epistemologia com sabedoria que alie dimensões ontológicas, metodológicas, pedagógicas, artísticas e afetivas. Nesse sentido, a transformação social também implica a mudança de um modelo hegemônico de ciência que, em nome da objetividade, exclui sistemas de conhecimento e experiências nascidas em outras esferas da vida em comunidade, inclusive as tradicionais⁴.

A VPS tem sido utilizada para designar práticas de vigilância que privilegiam o protagonismo de comunidades, organizações e movimentos sociais. Pode envolver diferentes graus de atuação do Estado, da academia e dos profissionais de saúde, desde que reconheçam os atores e saberes populares e se impliquem nos processos participativos de natureza dialógica⁵.

A convergência dessas abordagens, associadas a outras similares, por meio de ações nos territórios, em curso nos últimos anos, tem veiculado a produção de conhecimento e modalidades de intervenções que resultam na

possibilidade de conhecer, produzir conhecimentos e transformar ‘junto com’ os sujeitos territoriais, a partir de suas visões de mundo, modos de andar a vida e aspirações⁶. Nesse entendimento, tal convergência está inscrita, também, em uma visão decolonial de saúde, que compreende a produção de cuidado e conhecimento como processos atravessados por relações históricas de poder, propondo a superação da colonialidade do saber, do ser e da natureza mediante a valorização de epistemologias dos povos originários, comunidades tradicionais e saberes populares⁷.

Nesse contexto, as lutas e resistências dos povos originários e comunidades tradicionais nos territórios do Cerrado expressam tanto reações quanto processos históricos de espoliação e marginalização, e configuram-se como formas potentes de produção de conhecimento, cuidado e organização social, ancoradas em outras racionalidades. Essas experiências, marcadas por intensos conflitos em torno do direito à terra, na defesa da biodiversidade, das águas, da soberania alimentar, bem como pelo enfrentamento cotidiano da violência estrutural, revelam a urgência de reconhecer e incorporar tais práticas e saberes como dimensões constitutivas de um novo paradigma de saúde e sustentabilidade. Ao articular práticas territoriais de resistência com estratégias institucionais inovadoras, a Fiocruz se insere nesse campo de disputas por modelos de desenvolvimento, contribuindo para a construção de respostas integradas e participativas às múltiplas crises que atravessam os territórios e a vida dos sujeitos coletivos que neles habitam.

Material e métodos

Trata-se de um relato de experiência fundamentado em uma abordagem qualitativa e participativa, no qual a Oficina de Metodologias Sensíveis e Colaborativas, realizada em março de 2025, constitui o campo empírico central. Como relato de experiência, este artigo

descreve, analisa e interpreta criticamente os processos vivenciados no encontro, considerando seus objetivos, participantes, procedimentos metodológicos, dinâmicas formativas e resultados produzidos coletivamente.

A oficina foi realizada no auditório de um hotel em Brasília/DF, em um espaço fechado e estruturado para reuniões. Ela iniciou com um momento de mística, prática amplamente utilizada em movimentos sociais latino-americanos, que consiste em uma atividade simbólica, estética e espiritual voltada a fortalecer a identidade coletiva, despertar afetos e conectar experiências pessoais à memória dos territórios, seguido da apresentação dos participantes e da contextualização histórica da atuação da Fiocruz na temática, enfatizando sua aproximação à ecologia de saberes e à visão decolonial da saúde. Foi apresentada a cooperação com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, incluindo estudos e informações levantadas sobre os impactos ambientais e humanos na região. Nesse contexto, foram mencionados os 15 casos apresentados na Audiência Final do Tribunal Permanente dos Povos⁸, que evidenciaram um profundo massacre contra seres humanos, territórios, biodiversidade e dinâmicas socioambientais. Destacou-se que há processos em andamento nos quais a Fiocruz pode contribuir de maneira estruturada, e foram discutidas metodologias e procedimentos capazes de expandir as ações para além das comunidades já envolvidas.

A oficina foi organizada com rodas de conversa, práticas corporais e dinâmicas participativas, buscando ativar afetos, narrativas e experiências situadas, bem como produzir um ambiente de escuta e construção coletiva.

As contribuições dos participantes foram sistematizadas e analisadas com base na abordagem das metodologias sensíveis e colaborativas, subsidiando a reflexão crítica e a elaboração dos conteúdos que fundamentam este estudo. Metodologicamente, o presente artigo resulta das reflexões ativas produzidas durante a Oficina, com base na transcrição e sistematização dos diferentes momentos do

encontro. Os registros consideraram as vozes dos territórios no debate geral, nas abordagens conceituais e nas práticas compartilhadas, assim como os resultados das discussões em atividades em grupo, que trouxeram elementos essenciais para as análises desenvolvidas a seguir.

A oficina foi realizada em cumprimento ao objetivo específico ‘Desenvolver modelo de estudo de condições de saúde’ do projeto de pesquisa ‘Ecocídio e Globalização dos Cerrados Brasileiros: resistências e lutas dos povos e comunidades originários e tradicionais pelos direitos à saúde e à vida’, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz Pernambuco, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 53414421.3.0000.5190 e Parecer nº 5.174.726, como parte integrante do projeto de pesquisa ‘Dos Territórios ao Tribunal do Cerrado: Dossiê Agrotóxicos em Pauta’.

A oficina e o processo de sistematização descritos neste artigo contaram com o apoio institucional da Fiocruz e foram desenvolvidos no âmbito do Projeto de Prospecção Fiocruz Cerrados.

Resultados e discussão

As discussões realizadas durante a Oficina evidenciaram uma ampla gama de temas relacionados à educação, à proteção dos territórios, ao fortalecimento das comunidades tradicionais e à construção de estratégias coletivas de resistência e promoção da vida.

No campo da educação diferenciada, destacaram-se práticas como a cartografia social dos territórios, compreendida como método participativo que permite às comunidades representarem o espaço a partir de suas próprias experiências, reconhecendo vulnerabilidades, potencialidades e memórias coletivas⁹. Essa compreensão se articula a estudos que apontam a Nova Cartografia Social como prática contra-hegêmica de afirmação territorial, capaz

de dar visibilidade a conflitos, processos de expropriação e identidades comunitárias, fortalecendo estratégias de reivindicação e gestão dos territórios¹⁰. Nas iniciativas analisadas, tais cartografias vêm sendo incorporadas às práticas educativas como materiais pedagógicos que reforçam vínculos comunitários e ampliam a participação de mestres, raizeiros e lideranças locais, valorizando saberes tradicionais.

A educação diferenciada fundamenta-se nas especificidades socioculturais, territoriais, linguísticas e históricas dos povos, reconhecendo modos próprios de aprender e produzir conhecimento vinculados às cosmologias e formas tradicionais de transmissão¹¹. Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos uniformizadores ao afirmar epistemologias historicamente invisibilizadas, fortalecendo identidades coletivas e ampliando o protagonismo comunitário¹². Sua efetividade depende de práticas formativas ancoradas na escuta, na autonomia e no diálogo com o território e com as experiências dos sujeitos¹¹.

A pedagogia da luta emergiu como um conceito central, ressaltando que os processos de organização das comunidades tradicionais também configuram práticas educativas que fortalecem a resistência, a coesão social e a criação de mundos possíveis. Essa compreensão dialoga com análises que descrevem a pedagogia da luta como fruto das experiências territoriais quilombolas, indígenas e de terreiro, em que confabulações coletivas, rodas de saber, *ipádês* e enfrentamentos concretos das violências coloniais constituem modos próprios de aprender, ensinar e agir politicamente¹³. As trocas de experiências foram valorizadas como mecanismos de construção coletiva de conhecimento, capazes de ampliar a compreensão dos desafios enfrentados nos territórios, tanto para os próprios povos quanto para a sociedade geral.

Nesse movimento de reflexão sobre práticas pedagógicas originadas das lutas, emergiu também o debate acerca da identidade quilombola e de seus impactos na vida educacional

dos jovens. Enfatizou-se que a identidade quilombola transcende os marcadores fenotípicos e não se reduz à cor da pele, pois se enraíza na ancestralidade, na história coletiva e no pertencimento ao território. Essa compreensão suscitou discussões sobre os critérios de acesso às cotas raciais no ensino superior, considerando que as políticas atuais muitas vezes não reconhecem a complexidade dos processos identitários dos participantes. As falas destacaram que a validação identitária baseada exclusivamente em características físicas ou em documentação institucional ignora as formas próprias de reconhecimento comunitário e não contempla os efeitos do racismo estrutural, da violência e da expulsão territorial sobre a trajetória educacional dos jovens quilombolas.

Além dessas questões, enfatizou-se que o fortalecimento da formação de lideranças é fundamental, já que o agravamento da violência e das perseguições tem dificultado a continuidade desses processos nas comunidades. Como resposta, sugeriu-se a criação de iniciativas de educação permanente e popular que envolvam toda a comunidade nos processos de luta e resistência, assegurando que tais práticas formativas ocorram nos próprios territórios e se sustentem em redes de apoio mútuo, fortalecendo vínculos, ampliando capacidades políticas e produzindo proteção comunitária.

No que diz respeito às políticas públicas, destacou-se a necessidade de priorizar políticas específicas para os povos quilombolas e indígenas, bem como medidas emergenciais diante do crescente nível de violência. A proteção sanitária e territorial foi apontada como uma demanda urgente, assim como a necessidade de uma ação coordenada entre diferentes órgãos governamentais para enfrentar a exclusão e a violência associadas à expansão do agronegócio. Também se discutiu a urgência de medidas contra a violência de gênero, com o alerta de que lideranças femininas estão sob ameaça e podem ser impedidas de continuar na luta.

O direito à consulta livre, prévia e informada foi reafirmado como um instrumento jurídico e político essencial para garantir a autonomia e a autodeterminação das comunidades, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e incorporado no ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 6.040/2007, que reconhece os povos e comunidades tradicionais e assegura sua participação em processos decisórios que afetem seus modos de vida e territórios. Destacou-se que a consulta deve ocorrer por meio de mecanismos formais de participação e escuta, como audiências públicas, conselhos, conferências e protocolos comunitários que assegurem a manifestação qualificada das comunidades sobre iniciativas que impactem seus territórios, modos de vida e práticas socioculturais^{14,15}. Nesse contexto, expressou-se preocupação com a entrada de agentes externos e pesquisadores sem consentimento prévio, reforçando a necessidade de normatizar e monitorar o acesso aos territórios, garantindo que qualquer ação ou estudo esteja alinhado aos procedimentos de consulta e autorização definidos coletivamente pelas próprias comunidades.

Além disso, defendeu-se a necessidade de ampliar a articulação entre os territórios e fortalecer as redes de proteção comunitárias, garantindo a centralidade da agroecologia como estratégia de soberania territorial e resistência. A comunicação também foi considerada um elemento-chave na defesa do Cerrado, reforçando a importância de valorizar a memória, a identidade tradicional e a governança territorial.

Nesse sentido, foi discutida a criação de um espaço virtual destinado ao armazenamento e à organização dos materiais produzidos sobre os territórios, permitindo que comunidades, pesquisadores e instituições tenham acesso às informações de forma segura e controlada. A proposta é que esse acesso ocorra mediante solicitação acompanhada de justificativa, garantindo transparência e respeito aos protocolos comunitários de uso e circulação de informações que dizem respeito aos territórios.

Destacou-se, ainda, que os materiais serão elaborados prioritariamente em linguagem popular, clara e acessível, de modo a facilitar a compreensão das informações e fortalecer sua apropriação pelas próprias comunidades, contribuindo para processos formativos, ações de defesa territorial e mobilização social.

A articulação com o Estado foi apontada como fundamental para garantir a proteção da vida dos povos e lideranças ambientais, combatendo crimes como ecocídio, genocídio, etnocídio e epistemicídio. Redes de proteção mais efetivas foram sugeridas, incluindo a atuação de órgãos como a Polícia Federal. Além disso, sugeriu-se a realização de eventos e encontros para fortalecer a conexão entre os territórios e ampliar o compartilhamento de experiências.

Por fim, discutiu-se a necessidade de enfrentar o negacionismo epistêmico, entendido como a negação da legitimidade da ciência no debate público. Esse fenômeno explora as incertezas próprias da atividade científica para criar falsas controvérsias e enfraquecer consensos, frequentemente associado à desinformação e às disputas políticas¹⁶. Também se destacou que esse tipo de negacionismo questiona a capacidade da ciência de justificar sua autoridade fora dos espaços especializados¹⁷.

No contexto da oficina, reforçou-se que sua superação exige uma ciência plural, que dialogue com os saberes tradicionais e com as experiências dos territórios. A defesa da diversidade dos povos do Cerrado foi vinculada à necessidade de oficinas formativas que integrem saúde, ambiente e direitos. Compreendeu-se que proteger a vida implica reconhecer que os impactos ambientais fazem parte de um processo contínuo de destruição, caracterizado como ecocídio, que afeta a natureza, as histórias, os modos de vida e os saberes das comunidades tradicionais.

Visão e voz dos territórios

Os relatos das comunidades evidenciam a complexa realidade vivenciada nos territórios do Cerrado, marcada por múltiplas formas

de vulnerabilização social, ambiental e política. Dentre os impactos mais recorrentes, destacam-se a contaminação por agrotóxicos – inclusive por meio de pulverização aérea sobre residências – e os efeitos da expansão do agronegócio, associados ao aumento de doenças e agravos à saúde. Relatos de perseguições políticas, prisões arbitrárias e pressões ilegítimas para a perda da posse da terra revelam mecanismos de repressão institucional que incidem sobre as lideranças comunitárias. A isso, somam-se a ausência de fiscalização ambiental e a precariedade das infraestruturas locais, que dificultam o deslocamento e agravam a exclusão. A dificuldade de acesso a laudos técnicos e a fragilidade das bases jurídicas que amparam as denúncias expõem a inoperância do Estado diante das violações vivenciadas.

A contaminação da água foi amplamente denunciada, com destaque para uma comunidade em que análises revelaram a presença de diferentes agrotóxicos, situação também identificada em estudos que demonstram contaminação recorrente de águas superficiais e subterrâneas em regiões de uso intensivo desses compostos¹⁸. Essa exposição está associada a doenças dermatológicas, câncer, transtornos neurológicos e sintomas depressivos¹⁹⁻²¹. Considerou-se que a presença de agrotóxicos nas fontes de abastecimento compromete o direito à água segura, reconhecido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que estabelece o acesso à água suficiente, segura e economicamente acessível como direito de todas as pessoas²². Esse compromisso é fortalecido pela Agenda 2030, especialmente pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, voltado à garantia universal de água potável e segura, com atenção às populações vulnerabilizadas²³.

Em 2024, a intensificação do desmatamento resultou na supressão de aproximadamente 700 hectares de vegetação nativa, comprometendo diretamente a subsistência das famílias, cuja economia está profundamente vinculada ao uso sustentável de frutos e plantas medicinais do Cerrado. A derrubada indiscriminada

de babaçuais, recurso típico do Cerrado, foi apontada como expressão da lógica predatória de determinados empreendimentos econômicos. O babaçu é uma palmeira nativa de grande importância ecológica, econômica e cultural, cujos frutos são amplamente utilizados pelas comunidades para produção de óleo, farinha, carvão vegetal e alimentos, enquanto folhas e fibras são empregadas na confecção de artesanato e utensílios²⁴. Esses usos sustentam modos de vida, geram renda e integram práticas culturais e organizativas das quebradeiras de coco, que dependem diretamente da manutenção dos babaçuais para sua reprodução social. A destruição dessas áreas compromete a segurança alimentar, desestrutura economias locais e fragiliza vínculos socioterritoriais fundamentais para as comunidades que habitam o Cerrado.

A luta pelo acesso a direitos fundamentais, como saúde e regularização fundiária, tem se mostrado um processo contínuo e marcado por entraves institucionais. Mesmo com a designação de agentes comunitários de saúde em algumas localidades, persistem relatos de longas esperas para exames laboratoriais básicos – em alguns casos, ultrapassando 90 dias –, o que compromete a resposta oportuna às demandas sanitárias. A isso, somam-se a recorrente ineficácia na implementação de projetos e a não liberação de recursos previamente anunciados, fragilizando a efetividade das políticas públicas.

Destacou-se, ainda, que decisões judiciais frequentemente favorecem interesses de setores econômicos associados a práticas danosas ao meio ambiente e aos direitos sociais. Além disso, foram apontadas suspeitas de envolvimento de órgãos como os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans), as polícias e as prefeituras em esquemas que deslegitimam as reivindicações das comunidades. No âmbito da regularização fundiária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teria anunciado a titulação de cinco territórios para o ano de 2025; no entanto, segundo relatos, o processo vem sendo sucessivamente adiado, com exclusões de áreas

consideradas arbitrárias por moradores e lideranças. A expressão ‘áreas consideradas arbitrárias’ refere-se a porções do território retiradas ou reduzidas nos processos de delimitação sem justificativa transparente ou diálogo prévio, contrariando o reconhecimento histórico das comunidades sobre seus próprios limites. Esse tipo de redução é identificado em estudos sobre conflitos fundiários no Brasil, que apontam que decisões administrativas muitas vezes definem fronteiras a partir de critérios externos às dinâmicas locais, produzindo mapas que não correspondem às territorialidades efetivamente vividas^{25,26}.

Observou-se que os impactos da degradação ambiental extrapolam os limites do bioma Cerrado. Nos estados do Maranhão, de Mato Grosso do Sul e de Pernambuco, a expansão do agronegócio avança frequentemente à revelia dos direitos das populações locais. Comunidades relataram pulverizações de agrotóxicos atingindo plantações e fontes de água, com possíveis efeitos deletérios à saúde e ao ambiente. Lideranças que resistem a essas práticas relatam ameaças, agressões e coerções. Esse contexto tem sido interpretado por movimentos sociais e pesquisadores como ecocídio, cujos desdobramentos comprometem a reprodução sociocultural e a saúde das populações tradicionais e originárias. Tal cenário reforça o que tem sido denunciado como racismo ambiental, dada a centralidade das populações historicamente vulnerabilizadas entre os atingidos.

Os conceitos de ecocídio e de racismo ambiental são estruturantes para essa reflexão e debate. Consideramos aqui que o ecocídio representa a destruição extensa do ecossistema de um determinado território²⁷, fraturando a relação sociedade e natureza, violando os valores da vida de forma geral. A partir da luta dos povos do Cerrado, contudo, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e o Tribunal Permanente dos Povos fortalecem esse conceito, apresentando a ideia de ecogenocídio do Cerrado, construindo um conceito processual e violento da destruição socioambiental, que

afeta de forma intensa a diversidade de vida construída pelos povos desse bioma-território²⁸. Outrossim, no diálogo construído a partir da experiência aqui disposta, os relatos nos levam a compreender o ecogenocídio do Cerrado, portanto, a violência contra os povos e as populações tradicionais, em estágio avançado.

O ecocídio e o ecogenocídio do Cerrado passam, necessariamente, também pelo conceito de racismo ambiental. Esse conceito, que nasceu no âmbito da luta dos movimentos sociais, expõe os grupos humanos e territórios mais suscetíveis aos avanços do capital sobre os bens naturais ao mesmo tempo que situa o debate racial nas políticas de localização e distribuição dos grupos sociais em ambientes saudáveis dignos, com saneamento básico e livres de qualquer rejeito social. Portanto, a luta contra o racismo ambiental é uma “[...] luta por dignidade territorial e o entendimento de que todas as vidas são dignas de serem vividas em ambientes salubres e todas as mortes são passíveis de luto”²⁹.

Assim, considerando os processos de ecocídio do Cerrado, assim como o racismo ambiental, a ausência de políticas públicas eficazes, somada ao descaso percebido por parte do poder público, tende a agravar os níveis de vulnerabilidade dessas populações. Desde 2016, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado tem buscado dar visibilidade a essas denúncias e mobilizar apoio em defesa dos povos do Cerrado em escalas nacional e internacional. Esse processo passa, em especial, por um processo de formação de representantes dos diversos grupos sociais que lutam pelo Cerrado. No entanto, tem como base, também, a produção de materiais informativos, conceituais e de denúncia, produzidos colaborativamente com os sujeitos do cerrado, e que instrumentalizam sua luta³⁰. Documentos sobre a questão da terra, da água, entre outros, têm sido amplamente produzidos³¹.

A Fiocruz também tem mantido atuação nos territórios, realizando estudos sobre saúde e sustentabilidade. Especialistas e lideranças têm ressaltado a urgência de fortalecer redes

de apoio, bem como de ampliar estratégias de enfrentamento dos impactos socioambientais do agronegócio, com vistas à promoção de modelos de desenvolvimento que conciliem justiça social e preservação ambiental.

Abordagens conceituais e práticas: interculturalidade, TSS, VPS e cartografia de sonhos

O conceito de territorialização foi apresentado como uma necessidade de centralidade nas políticas de saúde, integrando conhecimentos tradicionais e científicos. Defendeu-se que a Fiocruz desenvolvesse um diagnóstico nacional das comunidades sob ataque para embasar políticas intersetoriais. Os participantes apontaram o racismo ambiental²⁸ como estruturante dos conflitos no Cerrado, pois as terras ocupadas majoritariamente por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais vêm sendo ameaçadas pela instalação de grandes projetos, incluídos em modelos de desenvolvimento baseados no agronegócio, na mineração, na produção de energia, entre outros.

As discussões enfatizaram a relevância do fortalecimento de redes de apoio e da ampliação de estratégias de vigilância popular como instrumentos fundamentais para o monitoramento e a denúncia de possíveis violações socioambientais. Destacou-se que os processos de degradação ambiental, interpretados por diversas lideranças como formas de ecocídio, comprometem significativamente a continuidade dos modos de vida tradicionais, ao desestruturar as bases territoriais, culturais e econômicas das comunidades. Nesse contexto, foi apontada a necessidade de que instituições públicas, como a Fiocruz, aprofundem sua inserção territorial por meio de metodologias participativas, que reconheçam os saberes locais e promovam o intercâmbio entre a produção científica e as práticas sociais construídas nos territórios. Tal abordagem é vista como estratégica para fortalecer vínculos de confiança, garantir maior efetividade às

ações de promoção da saúde e justiça ambiental, bem como contribuir para a construção de respostas integradas diante das múltiplas formas de vulnerabilidade vivenciadas pelas populações atingidas.

A construção do conhecimento foi compreendida, no âmbito das discussões, como um processo necessariamente participativo, pautado na horizontalidade das relações e na valorização das experiências e saberes produzidos por diferentes movimentos sociais. Rejeitou-se, assim, a lógica da imposição de referenciais acadêmicos descolados da realidade dos territórios, em favor de uma abordagem dialógica, capaz de promover trocas significativas entre atores diversos. Foram abordados temas centrais, como a interculturalidade, a construção dos TSS, a VPS e metodologias simbólicas como a ‘cartografia de sonhos’, que expressam as aspirações coletivas das comunidades.

As reflexões foram permeadas por questionamentos críticos, como ‘o que se pretende desocultar e para quem?’, o que aponta para a urgência de adotar perspectivas interseccionais que evidenciem as desigualdades produzidas pelo racismo estrutural. Enfatizou-se que a vulnerabilização de um território não é uma condição intrínseca, mas sim decorrente da ausência ou negligência do Estado, cuja presença se expressa, entre outros fatores, por meio da implementação de políticas públicas adequadamente financiadas. Nesse contexto, reconhece-se que as próprias instituições acadêmicas, quando desvinculadas das realidades locais, podem acabar reproduzindo dinâmicas de reprodução do capital e de colonialidade do saber.

Foi defendida, portanto, a necessidade de processos formativos contínuos, orientados por uma ética do cuidado e do compromisso com as lutas comunitárias, uma vez que a vigilância em saúde e a proteção dos territórios requerem ações permanentes. Dentre os desafios destacados, está a insegurança vivida por territórios quilombolas ainda não titulados, cuja proteção jurídica permanece frágil. Como

caminho metodológico, sugeriu-se a adoção da pedagogia do território¹⁰, entendida como uma estratégia potente para articular práticas de formação, resistência e transformação social a partir das especificidades de cada contexto territorial.

Destacou-se que os tempos da academia e das comunidades são distintos: enquanto os vínculos comunitários se constroem e se mantêm por meio de relações contínuas, pautadas pela presença e pela reciprocidade, a atuação da academia tende a se estruturar por meio de projetos com prazos delimitados e lógica fragmentada, o que pode dificultar a construção de compromissos duradouros e o acompanhamento dos processos em curso. Essa dissonância temporal e metodológica impõe desafios à consolidação de práticas efetivamente transformadoras. Nesse sentido, chamou-se a atenção para a necessidade de inovar na sistematização das metodologias construídas coletivamente, a fim de torná-las aplicáveis e replicáveis em contextos diversos do Cerrado, respeitando suas especificidades socioambientais. Essa tarefa foi compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre o SUS e as políticas públicas ambientais. No entanto, os participantes apontaram que o Estado tem falhado em assumir plenamente esse compromisso, seja pela descontinuidade das ações, seja pela ausência de mecanismos estruturantes que garantam a implementação das estratégias discutidas nos territórios.

Defendeu-se a importância do envolvimento direto e comprometido dos pesquisadores com as comunidades, destacando que essa interação é transformadora para os territórios e para os próprios sujeitos de pesquisa, e que o trabalho deve ser realizado com afeto e pela escuta sensível. Propôs-se ampliar o debate para além do contexto nacional, por meio da articulação com experiências latino-americanas, promovendo trocas regionais e o fortalecimento de alianças. Reforçou-se a importância de realizar reuniões nos territórios, como forma de fortalecer vínculos e potencializar processos de resistência. Foi também

destacado o modelo adotado pelo Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), cuja maioria dos bolsistas é composta por membros das próprias comunidades envolvidas, denominados pesquisadores populares – experiência considerada exitosa e com potencial de replicabilidade em outros contextos socioterritoriais.

Questionou-se o papel institucional da Fiocruz e das redes já atuantes no Cerrado, defendendo-se que o fortalecimento das articulações existentes, em parceria efetiva com as comunidades, deve ser priorizado em detrimento da criação de novas estruturas. Enfatizou-se a importância da escuta ativa, sensível e respeitosa como princípio ético fundamental na construção de processos colaborativos. Nesse contexto, ressaltou-se a relevância de incluir intelectuais indígenas na produção do conhecimento, reconhecendo seus saberes como centrais para a compreensão e a transformação das realidades territoriais.

Foram levantados questionamentos sobre o desenvolvimento de um modelo de estudo que delimite objetivos, margens e público-alvo da desocultação das lutas, alinhado às demandas concretas dos territórios. Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de estabelecer prioridades a partir da escuta ativa das comunidades, reconhecendo o agravamento das condições de vida e a urgência da continuidade dos processos de pesquisa e intervenção. Tais demandas emergem de contextos marcados por múltiplas formas de violência, muitas vezes associadas ao racismo estrutural, que compromete a permanência das populações em seus territórios. Ainda que ações relevantes tenham sido desenvolvidas, mesmo com recursos limitados, sua sustentação exige estratégias consistentes de fortalecimento. Observou-se também a existência de grupos em maior vulnerabilidade, evidenciando desigualdades internas aos próprios territórios e reforçando a necessidade de abordagens sensíveis às assimetrias locais.

Defendeu-se a inclusão das populações locais nos processos de pesquisa, reconhecendo

seu saber situado sobre as próprias condições de vida. Ressaltou-se que a configuração territorial influencia diretamente a saúde e que a autonomia na produção de conhecimento e nas práticas de vigilância deve partir das próprias comunidades. Discutiram-se as especificidades da educação popular, do campo da educação indígena, demandando abordagens que integrem a escala nacional às singularidades locais. Questionou-se a morosidade nos processos de reconhecimento e titulação dos territórios e como superá-la. A relação entre pesquisa e território foi problematizada a partir das limitações temporais dos projetos, apontando-se a necessidade de ajustar o ritmo acadêmico às dinâmicas comunitárias. Nesse contexto, debateu-se o conceito de ecologia de saberes, destacando-se a necessidade de que os grupos de pesquisa reflitam uma perspectiva interseccional, capaz de articular diferentes formas de conhecimento, experiências e identidades. Propôs-se a valorização dos saberes tradicionais em diálogo com os saberes científicos, fortalecidos por coalizões intersetoriais e pela articulação institucional da Fiocruz. Destacou-se ainda a ineficiência histórica do Estado em garantir cidadania plena às populações do Cerrado, reforçando a urgência de uma resistência ativa e mobilização coletiva. Enfatizou-se, por fim, o protagonismo de grupos historicamente invisibilizados, como as mulheres, nas estratégias de resistência e organização comunitária.

A relação entre a produção acadêmica e as lógicas do capitalismo foi debatida, apontando-se a necessidade de desenvolver estratégias que assegurem a proteção e a soberania das informações coletadas nos territórios, de forma a evitar sua apropriação indevida. Durante a pandemia da covid-19, comunidades assentadas recorreram ao uso de farmácias vivas e de plantas medicinais, o que evidenciou a centralidade dos conhecimentos tradicionais na garantia do cuidado e da autonomia sanitária. Foram também levantadas preocupações quanto à imposição de restrições a práticas tradicionais, como o parto domiciliar assistido

por parteiras, defendendo-se o reconhecimento das medicinas tradicionais brasileiras como integrantes das políticas de saúde. No campo jurídico, discutiu-se o conceito de ecocídio, destacando-se o papel do Estado e de corporações na intensificação da exploração territorial e dos processos de degradação ambiental. Considerou-se que o Poder Judiciário pode desempenhar um papel relevante nesse contexto, a partir da mobilização de instituições como o Ministério Público para a responsabilização e a defesa dos direitos coletivos.

Alguns temas estratégicos e questões polinizadoras foram levantadas, tais como:

1. Cosmovisão, modos de vida e ancestralidade/teorias de cuidado com a natureza e com o corpo: quais as práticas de cuidado (espirituais/teor e outros) que seu povo tem ao prover seus alimentos (caçar, plantar, colher, pescar, cozinhar)? Como as diferentes gerações se envolvem nisso e como reativar e fortalecer essas práticas e conhecimentos tradicionais sobre o cuidado?
2. Desafios diante dos impactos externos e ameaças aos territórios: quais as principais ameaças, conflitos e desafios enfrentados em seus territórios? De que modo seu povo tem enfrentado o impacto de atividades e projetos econômicos em seus territórios? Como seu povo tem encarado/percebido as mudanças climáticas, secas e queimadas que têm ocorrido nos últimos anos?
3. Possibilidades e limites na relação com a academia, instituições e organizações técnicas (organizações não governamentais) que trabalham com o enfoque da saúde,

dignidade e direitos territoriais: como tem sido a experiência de relações com a academia, instituições governamentais, organizações técnicas e redes em ações de cuidado, em seus territórios? Pode dar exemplos de experiências com parceiros? Como respeitaram ou, pelo contrário, não respeitaram os saberes e as práticas tradicionais de seu povo? O que poderia ser diferente nessas relações? Existem protocolos e outros instrumentos para garantir o respeito e a soberania de seu povo e território?

Por fim, destacou-se a importância de realizar eventos nos territórios, ampliando a visibilidade e fortalecendo as comunidades. A presença de instituições como a Fiocruz pode pressionar o Estado a garantir direitos territoriais e justiça socioambiental.

Discussões em grupo

No segundo dia de oficina, os participantes foram organizados em três grupos de trabalho, responsáveis por aprofundar a reflexão em torno de três eixos principais: Denúncias Centrais, Resistência e Estratégias e Encaminhamentos e Soluções. A composição dos grupos buscou assegurar uma representatividade equilibrada entre integrantes das comunidades, representantes de movimentos sociais, membros da Fiocruz e demais participantes, favorecendo a pluralidade de perspectivas e o intercâmbio entre diferentes saberes e experiências. A seguir, no *quadro 1*, apresenta-se uma síntese das principais contribuições e reflexões compartilhadas durante os debates coletivos realizados pelos grupos.

Quadro 1. Contribuições sistematizadas das discussões em grupo

Eixos	Conteúdo
Denúncias centrais	<ul style="list-style-type: none"> • Violência institucional e perseguição a lideranças comunitárias, incluindo ameaças de fazendeiros, políticos e repressão policial. • Contaminação ambiental por agrotóxicos, com efeitos na saúde, na biodiversidade e na pesca. • Racismo ambiental e ausência de políticas públicas, agravando o acesso à saúde e à proteção dos territórios. • Destruição ambiental, grilagem de terras e incêndios criminosos promovidos por interesses econômicos. • Violências sociais diversas, como a doméstica e mental, somadas à ausência de escolas e políticas educacionais.
Lutas, resistência e estratégias	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa dos territórios por meio da agroecologia e resistência à expansão do agronegócio e empreendimentos, como a ferrovia da Vale. • Valorização dos saberes tradicionais, da espiritualidade e da memória como formas de resistência cultural. • Organização comunitária e protagonismo de mulheres e homens na luta por saúde, equidade de gênero e justiça territorial. • Parcerias institucionais e intersetoriais com universidades, Incri, cartórios e criação de comitês gestores. • Produção e circulação de conhecimento popular e técnico, incluindo pesquisas, materiais informativos e educação ambiental. • Incidência política crítica ao Estado e estratégias preventivas de garantia de direitos e soberania comunitária.
Encaminhamentos e soluções	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a comunicação popular e articulação entre comunidades, pesquisadores e políticas públicas. • Intensificar a incidência em instituições públicas e órgãos de justiça para responsabilização e proteção dos territórios. • Sistematizar denúncias e produzir evidências técnicas que embasem ações jurídicas e reivindicações políticas. • Promover educação ambiental e oficinas formativas como instrumentos de mobilização, resistência e fortalecimento territorial. • Criar comitês gestores e redes de vigilância popular para proteção ativa e contínua das comunidades vulnerabilizadas.

Fonte: elaboração própria.

Conclusões

As reflexões construídas durante a oficina evidenciaram a potência do diálogo entre comunidades, movimentos sociais e instituições como a Fiocruz, revelando caminhos para o fortalecimento das lutas em defesa dos territórios e da saúde pública. Destacaram-se como diretrizes fundamentais a valorização da educação tradicional e da educação quilombola, a proteção dos territórios e a construção de processos colaborativos que respeitem e potencializem os saberes locais.

A avaliação do encontro, realizada coletivamente pelos participantes da atividade,

incluindo os representantes de povos e comunidades tradicionais, apontou que metodologias baseadas na escuta ativa, no afeto e na troca de experiências favorecem o engajamento e o protagonismo dos povos, ao mesmo tempo que ampliam a capacidade de resposta às desigualdades enfrentadas. A estrutura participativa, ancorada em diagnósticos territoriais e na divisão em grupos, contribuiu para criar um ambiente propício ao compartilhamento de vivências e à construção coletiva de soluções.

Apesar da amplitude e da densidade das discussões, reconheceu-se como limitação da oficina a ausência de representantes

governamentais responsáveis por parte das ações debatidas, especialmente aquelas relacionadas à proteção sanitária, à defesa territorial e à implementação de políticas intersetoriais. Essa ausência impediu o aprofundamento de compromissos institucionais mais amplos e evidenciou que nem todos os atores estratégicos estavam presentes ou representados, o que aponta para a necessidade de fortalecer a articulação com órgãos públicos nas próximas etapas.

A presença e o apoio mútuo entre os participantes foram identificados como elementos catalisadores da continuidade das lutas nos territórios, evidenciando a articulação de uma rede de resistência ativa e solidária. O protagonismo dos povos tradicionais na condução das discussões reforçou o sentimento de pertencimento e a legitimidade das vozes coletivas, configurando-se como dimensão fundamental do processo formativo. As trocas de experiências, associadas à diversidade de cosmovisões e à participação de representantes institucionais da Fiocruz, conferiram densidade e legitimidade ao encontro, que, entendemos, é uma experiência na diversidade de ações que tem sido realizada a partir da luta e organização dos movimentos sociais que agem em defesa do Cerrado. O diálogo, promovido por ações como esta, pode contribuir, gradativamente, para o fortalecimento de tais lutas.

No encerramento, consolidou-se o entendimento quanto à necessidade de dar continuidade às ações e ampliar a articulação entre academia, comunidades e políticas públicas, com ênfase na inclusão de novos territórios e no aprofundamento das práticas compartilhadas. Propôs-se, ainda, a elaboração de uma estratégia de comunicação que assegure a escuta e a visibilidade das comunidades, aliada ao compromisso de retorno aos territórios por meio de formações itinerantes orientadas à valorização e circulação dos saberes locais.

Ainda foi apontada a necessidade de realizar oficinas formativas nos territórios, construídas de forma conjunta entre pesquisadores e comunidades, assim como a elaboração de

protocolos de pesquisa no sentido de orientar as visitas de pesquisadores. Além disso, foram ressaltados elementos, como o fortalecimento da comunicação popular nos territórios e as ações de valorização da memória dos povos originários e tradicionais.

O evento consolidou-se como um espaço de aprendizado recíproco, no qual saberes comunitários e institucionais se entrelaçaram em um processo formativo coletivo, revelando a potência das metodologias sensíveis como catalisadoras de reflexão crítica e ação transformadora. Ao mobilizar experiências vividas nos territórios, essas abordagens provocaram um reconhecimento profundo das múltiplas dimensões dos desafios enfrentados – da degradação ambiental à saúde emocional, passando pela luta por dignidade e qualidade de vida.

Nesse percurso, emergiu com força a centralidade do afeto como elemento estruturante das resistências. Reconheceu-se que a construção de vínculos solidários, forjada na escuta, na presença e no cuidado, é indissociável da luta política por justiça socioambiental. Assim, propôs-se que futuras iniciativas ampliem os espaços de expressão cultural e convivência coletiva, compreendendo que a celebração dos saberes, das memórias e das identidades é também uma forma de resistência e de produção de futuro.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes de movimentos sociais, dos povos originários e das comunidades tradicionais do Cerrado que participaram da oficina: Daniela Ribeiro (Raízes – Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeiras e Pajés na Chapada dos Veadeiros), Edna Mello (Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP), Graciele Rodrigues (Conselho Indigenista Missionário – Cimi), Jhon Tailor (Etnia Guarani Kaiowá/Observa Pics/Fiocruz Pernambuco), João Pereira (Coletivo das Comunidades do Piauí), Linalva Cunha

(Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão – CMTR-MA), Luseny dos Santos (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB), Marli Borges (Comunidade Quilombola Guerreiro/MA), Marta Mamédio (Cimi), Murilo Mendonça (Campanha Nacional em Defesa do Cerrado), Raimunda Nonata (Comunidade Quilombola Cocalinho-MA) e Tayane Ferreira (Cimi).

Contribuições de autoria

Franco Netto LCR (0009-0008-5963-6974)*, Daniel MHB (0009-0008-3382-5136)*, Ribeiro TLM (0009-0006-8024-1024)*, Martins IC (0009-0001-8927-9479)* e Souza MMO (0000-0003-4686-9388)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Monken M. Território e saúde: apontamentos conceituais para a proposta de territórios sustentáveis e saudáveis. *Saúde Debate*. 2024;48(Esp 1):e8721. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18721P>
2. Castro HA, Franco Netto G, Vasconcellos AA, et al. Territórios sustentáveis e saudáveis. *Saúde Debate*. 2024;48(Esp 1):e2024E1AP. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E1AP-P>
3. Freitas LE, Lafeté C, Gontijo P, et al. Governança comunicativa, gestão estratégica e avaliação participativa. In: Gallo E, Nascimento V, organizadores. O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializado. Paraty (RJ): Fiocruz; 2019. p. 73-106
4. Fasanello MT, Porto MF. Metodologias sensíveis co-labor-ativas: produzir conhecimentos “junto com” movimentos sociais e territórios para a transição paradigmática. *Saúde Debate* [Internet]. 2024;48(Esp 1):e8741. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18741P>
5. Carneiro FF, Porto MF, Franco Netto G. Vigilância popular da saúde e ambiente. In: Franco Netto G, Rulli J, organizadores. *Ambiente, saúde e sustentabilidade: fundamentos, bases científicas e práticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Hucitec; 2024. p. 353-362.
6. Gallo E, Nascimento V, organizadores. O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializado. Paraty, RJ: Fiocruz; 2019.
7. Rigotto RM, Rocha MM, Diógenes SS, et al. Vozes e fazeres do semiárido: convites à descolonização do campo científico, rumo a outras práxis. *Saúde Debate*. 2022;46(Esp 2):277-92. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E219>
8. Tribunal Permanente dos Povos. 49ª Sessão em defesa dos territórios do Cerrado (2019–2022). [local desconhecido]: TPP; [data desconhecida].
9. Oliveira SS, Portella S, Yoshikawa CT, et al. De Nosso Território Sabemos Nós: experiência de cartografia social para emergências e desastres. *Ciênc saúde coletiva*. 2021;26(10):4579-90. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.11012021>
10. Ferreira MV, Leite ME, Neves SLS. Nova Cartografia Social e geotecnologias aplicadas à gestão territorial de comunidades tradicionais. *Cad Geogr*.

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

- 2021;31(65):613-31. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2021v31n65p613>
11. Moraes-Ornellas VS. Etnopsicanálise, povos e comunidades tradicionais: o papel da escuta na prática docente da educação diferenciada. *Rev Divers Educ*. 2023;11(1):785-806. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v11i1.15364>
 12. Correa EM, Zambiasi VW. Direito indígena e o acesso à educação básica: direitos e políticas públicas para uma educação diferenciada. *Rebeis*. 2025;1(8):22-38. DOI: <https://doi.org/10.56238/rebeisv1n8-002>
 13. Flores LD. Multiversidade dos Povos da Terra de Mãe Preta: o giro das palavras e a pedagogia da luta. *Cad CRH*. 2023;36:e023012. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.52942>
 14. Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais [Internet]. Genebra: OIT; 1989 [acesso em 2025 nov 29]. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169
 15. Presidência da República (BR). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2007 fev 8 [acesso em 2025 nov 29]; Seção I:316. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
 16. Cassiani S, Selles SLE, Ostermann F. Negacionismo científico e crítica à ciência: interrogações decoloniais. *Ciênc Educ (Bauru)*. 2022;28:e22000. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220000>
 17. Freitas RS. Negacionismo epistêmico. *Estud Av*. 2025;39(113):e39113159. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.009>
 18. Moreira JC, Peres F, Simões AC, et al. Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região do estado do Mato Grosso. *Ciênc saúde coletiva*. 2012;17(6):1557-68. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600019>
 19. Cassal VB, Azevedo LF, Ferreira RP, et al. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. *Rev Eletrônica Gest Educ Tecnol Ambient*. 2014;18(1):437-45. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236117012498>
 20. Nascimento BP, Silva RCGF, Ferreira AP, et al. Impacto ambiental sobre a saúde humana devido à exposição aos agrotóxicos. *Revista Uniciências [Internet]*. 2021 [acesso em 2026 maio 11];25(1):44-56. Disponível em: <https://uniciencias.pgsscogna.com.br/uniciencias/article/view/9028>
 21. Salvi RM, Lara DR, Ghisolfi ES, et al. Neuropsychiatric evaluation in subjects chronically exposed to organophosphate pesticides. *Toxicol Sci*. 2003;72(2):267-71. DOI: <https://doi.org/10.1093/toxsci/kfg034>
 22. Organização das Nações Unidas. Resolução A/RES/64/292. Reconhecimento do direito humano à água e ao esgotamento sanitário. Nova York: ONU; 2010.
 23. Daniel MHB. Caracterização da disponibilidade e da qualidade dos serviços de saneamento e de higiene adotadas em unidades básicas de saúde localizadas em Cidades Gêmeas [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2023.
 24. Silva FE. Babaçu: explorando suas características e potencialidades [Internet]. In: Carvalho RBF, Silva GCS, Silva FMS, et al., organizadores. *Biotecnologia e farmacologia: abordagens interdisciplinares na terapêutica com recursos naturais*. Ponta Grossa – PR: Atena; 2023 [acesso em 2025 nov 29]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Francisco-E-Silva/publication/382345950_BABACU_EXPLORANDO_SUAS_CARACTERISTICAS_E_POTENCIALIDADES/links/669917e9cb7fbf12a45c6c99/BABACU-EXPLORANDO-SUAS-CARACTERISTICAS-E-POTENCIALIDADES.pdf
 25. Almeida AWB. A nova cartografia social: territórios e mobilizações sociais [Internet]. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão; 2008 [acesso em 2025 nov 29]. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema>

br/wp-content/uploads/2020/11/A-Nova-Cartografia-Social1.pdf

26. Almeida AWB. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo. Cad CRH [Internet]. 2012 [acesso em 2025 nov 29];25(64):63-71. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/pdf/3476/347632187005.pdf>
27. Gordilho HJS, Ravazzano F. Ecocídio e o tribunal penal internacional. Rev Justiça Direito. 2017;31(3):688-704.
28. Aguiar D, Porto-Gonçalves CW, Malerba J, et al. O início do Ecocídio do Cerrado: a histórica imposição de grandes projetos de “desenvolvimento” sobre os territórios tradicionais. In: Aguiar D, Bonfim J, Parker L, organizadores. Acusação final: contexto justificador acusação de Ecocídio-Genocídio (cultural) no Cerrado. Goiânia: TPP; 2022. p. 74-94.
29. Oliveira DA. Racismo ambiental [Internet]. In: Porto-Gonçalves CW, Malheiro BCP, Barcelos E, et al, organizadores. Dicionário de Ecologia Política. Rio de Janeiro: Consequência Editora; 2024 [acesso em 2026 maio 11]. p. 257-63. Disponível em: https://ppg-geografia.furg.br/images/2025/PDF_completo_fev-25_Dicionrio_de_ecologia_politica.pdf
30. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado [Internet]. [local desconhecido]: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado; ©2019. Biblioteca [Internet]; [data desconhecida] [acesso em 2025 nov 1]. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/biblioteca>
31. Aguiar D, Bonfim J, organizadores. Dossiê Terra e Território no Cerrado [Internet]. Palmas: APATO; 2024 [acesso em 2025 set 21]. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/pdf/DossieTerra-Territorio-Cerrado-web.pdf>

Recebido em 08/07/2025

Aprovado em 11/12/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editora responsável: Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (Rio de Janeiro/RJ), Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0424725782547579>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2646-9523>, e-mail: lenauralobato@uol.com.br